

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa
<b>Despacho</b>	NP: ng90I9es <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 30/04/2013 Requerimento nº 108/2013 Protocolo nº 2319/2013 Processo nº 331/2013
<b>Autor:</b> Dep. Guilherme Maluf	

Senhor Presidente.

Com base nas disposições regimentais vigentes, no que couber, **requero** à Mesa Diretora deste Poder Legislativo Estadual, após a manifestação favorável do Soberano Plenário, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 13 de Junho do corrente ano (uma quinta-feira), às 14h30min, no Auditório “Deputado Milton Figueiredo” deste Parlamento Estadual**, para discutir e debater acerca do tema: **“A Necessidade da Efetiva Implementação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá”**, pois: Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste - há muito, deixam de receber investimentos importantíssimos por causa da ineficiência nessa implementação, ou seja, ainda não usufruem dos recursos atinentes a esse *status* de nova unidade de organização regional do Estado de Mato Grosso e, por consequência, também deixam de agradecer seus cidadãos com o retorno social desejado.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 30 de Abril de 2013

**Guilherme Maluf**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA

O presente expediente (requerimento) refere-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 13 de Junho do corrente ano (uma quinta-feira), às 14h30min, no Auditório “Deputado Milton Figueiredo” deste Parlamento Estadual**, para discutir e debater acerca do tema: **“A Necessidade da Efetiva Implementação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá”**.

Entende-se, que, pela falta de uma efetiva implementação da **Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá**, que contempla 13 (treze) municípios com mais de 01 (um) milhão de habitantes somados, Mato Grosso deixou de ter acesso e continua de fora do PAC Mobilidade Grandes Cidades que tem investimentos da ordem de R\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de reais) anunciados pelo Governo Federal entre o *PAC 1* e o *PAC 2*.

De fato, Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste deixaram de receber investimentos importantíssimos por causa da ineficiência nessa implementação, ou seja, ainda não usufruem dos recursos atinentes a esse *status* de nova unidade de organização regional do Estado de Mato Grosso e, por consequência, também deixam de agraciar seus cidadãos com o retorno social desejado.

Nesse sentido, entende-se ser necessário, inclusive, visitar todas as 13 (treze) Câmaras Municipais de todos os municípios envolvidos para que somem esforços em busca de se implementar a Região Metropolitana que será melhor para todos.

Ou seja, ao invés de se ficar procurando soluções para os graves problemas que afligem os municípios e de acabar dependendo do Estado e da União, pode-se, em conjunto, discutir e definir atuações que permitam solucionar problemas nas áreas essenciais como saúde, segurança, social, educação entre outras.

Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, do ano de 2010 (hoje certamente os números são outros e maiores), à época, as cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Livramento e Santo Antônio do Leverger detinham 859.130 mil habitantes e as demais cidades, outras 127.167 mil pessoas, que poderiam ter sido atendidos em uma série de investimentos do Governo Federal.

Em tempo, aponta-se, que, felizmente, ainda tivemos as obras da Copa do Mundo, senão a crise seria muito pior e a falta de recursos e investimentos, ainda maior.

Assim, entende-se que a situação é realmente preocupante, pois os benefícios atinentes a esse *status* de nova unidade de organização regional do Estado de Mato Grosso efetivamente não chegaram a esses municípios e, independente da origem dos problemas, quem acabou sofrendo pelos sucessivos erros foi sua população, pois ficou sem melhorias em serviço de água, esgoto, pavimentação asfáltica, habitação, entre outras que deveriam ter sido incorporadas aos mesmos.

Portanto, considerando o exposto e propugnando alcançar o desiderato pretendido, cumpre-me levar ao conhecimento e qualificada apreciação dos meus distintos Pares a presente matéria legislativa, aos quais solicito, nesta oportunidade, o apoio necessário para a sua regimental acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 30 de Abril de 2013

**Guilherme Maluf**  
Deputado Estadual